PJ COLARES pelo critério de MERECIMENTO - ED-023/2017 - Processo nº 045/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos previstos no art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

LUCIANA VASCONCELOS MAZZA
ADONIS TENÓRIO CAVALCANTI
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
TATIANA FERREIRA GRANHEN
MELINA ALVES BARBOSA
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
PATRÍCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE
VANESSA HERCULANO RIBEIRO
RAFAEL MOREIRA STEINBERGER

Os candidatas TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES e MULLER MARQUES SIQUEIRA tiveram suas inscrições INDEFERIDAS, considerando que informaram que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da LCE nº 057/2006.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA e PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR e ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, INDICOU a Promotora de Justiça TATIANA FERREIRA GRANHEN à remoção para o cargo de PROMOTOR DE JUSTIÇA DE COLARES por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de 705 pontos. Integrou a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância a única outra candidata inscrita que compõe a primeira quinta parte da lista de antiguidade da primeira entrância, a Promotora de Justiça MELINA ALVES BARBOSA, com 622 pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista tríplice, esta foi composta por dois Promotores de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

2.2. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE AURORA DO PARÁ, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-024/2017 - Processo nº 066/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

THIAGO RIBEIRO SANANDRES
LUCIANA VASCONCELOS MAZZA
DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
MULLER MARQUES SIQUEIRA
PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE
ADONIS TENÓRIO CAVALCANTI
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
RAFAEL MOREIRA STEINBERGER
JULIANA NUNES FELIX
HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN

O candidato TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES teve sua inscrição INDEFERIDA, considerando que assinalou "não" no requerimento, no que diz respeito ao inciso VI, do art. 89 da LCE nº 57/2016.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA, CÍCERO BARBOSA MONTEIRO JÚNIOR, FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES e PAULA SUELY DE ARAUJO ALVES CAMACHO tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR e SULDBLANO OLIVEIRA GOMES desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no

Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, que ocupa a 41ª posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE AURORA DO PARÁ, em razão de ser a candidata mais antiga concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.3. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE SANTA MARIA DO PARÁ, pelo critério de MERECIMENTO - ED-025/2017 - Processo nº 047/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos previstos no art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA
LUCIANA VASCONCELOS MAZZA
ACENILDO BOTELHO PONTES
ADONIS TENÓRIO CAVALCANTI
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO
PATRÍCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE
VANESSA HERCULANO RIBEIRO
RAFAEL MOREIRA STEINBERGER

Os candidatos TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES e MULLER MARQUES SIQUEIRA tiveram suas inscrições INDEFERIDAS, considerando que informaram que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da LCE nº 057/2006.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA, PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO e TATIANA FERREIRA GRANHEN tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

O candidato ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pela candidata, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR o Promotor de Justiça ACENILDO BOTELHO PONTES à remoção para o cargo de PJ DE SANTA MARIA DO PARÁ, sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser candidato único a concorrer e preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preencham os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista tríplice.

2.4. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE LIMOIEIRO DE AJURU, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-026/2017 - Processo nº 048/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

THIAGO RIBEIRO SANANDRES
LUCIANA VASCONCELOS MAZZA
MULLER MARQUES SIQUEIRA
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO
PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
RAFAEL MOREIRA STEINBERGER
HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN

O candidato TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES teve sua inscrição INDEFERIDA, considerando que assinalou "não" no requerimento, no que diz respeito ao inciso VI, do art. 89 da LCE nº 57/2016.

Os candidatos CÍCERO BARBOSA MONTEIRO JÚNIOR e FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos

do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos SULDBLANO OLIVEIRA GOMES e ADONIS TENORIO CAVALCANTI desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o Promotor de Justiça DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO, que ocupa a 30ª posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE LIMOIEIRO DO AJURÚ, em razão de ser o candidato mais antigo concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.5. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE ACARÁ, pelo critério de MERECIMENTO - ED-027/2017 - Processo nº 049/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos previstos no art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057/2006:

ADONIS TENÓRIO CAVALCANTI
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
RAFAEL MOREIRA STEINBERGER

Os candidatos TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES e MULLER MARQUES SIQUEIRA tiveram suas inscrições INDEFERIDAS, considerando que informaram que não preenchem o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da LCE nº 057/2006.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA, PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO e DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR, LUCIANA VASCONCELOS MAZZA e DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelo candidato, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR o Promotor de Justiça PEDRO RENAN CAJADO BRASIL à remoção para o cargo de PJ DE ACARÁ, sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser candidato único a concorrer e preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista tríplice.

2.6. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de 2º PJ DE SÃO FELIX DO XINGU, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-028/2017 - Processo nº 050/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO de que o único candidato inscrito desistiu de participar do certame.

Considerando que após a publicação do edital do presente certame, ocorrida em 12.05.2017, houve posse de novos Promotores de Justiça e, conforme recente decisão do Colegiado, no sentido de publicar novo edital para reabertura da vaga, o Egrégio Conselho Superior DECIDIU reabrir a vaga para remoção.

2.7. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de PJ DE MOSQUEIRO, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-030/2017 - Processo nº 053/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO de que não houve inscritos e DETERMINOU a comunicação da vaga para promoção ao cargo de 2º PJ DE MOSQUEIRO.

Julgamento de Processo:

3.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

3.1.1. Processo nº 001283-112/2015

Requerente(s): Associação dos Surdos de Belém - ASBEL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Promover educação inclusiva de pessoas com deficiência auditiva objetivando promover ações que incentivem